



Revista Eletrônica de Filosofia
Philosophy Eletronic Journal
ISSN 1809-8428

São Paulo: Centro de Estudos de Pragmatismo
Programa de Estudos Pós-Graduados em Filosofia
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Disponível em <http://www.pucsp.br/pragmatismo>

Vol. 17, nº. 1, janeiro-junho, 2020, p.128-149
DOI: 10.23925/1809-8428.2020v17i1p128-149

O TEMPO E A MEMÓRIA: A CONTINGÊNCIA DESVENDADA ATRAVÉS DE MARCEL PROUST

Alessandra Scherma Schurig

Doutoranda em Filosofia do Direito pela Universidade Federal da Bahia
alessandra.schurig@hotmail.com

Resumo: O artigo apresenta a noção de contingência através da obra *Em Busca do Tempo Perdido* de autoria de Marcel Proust que demonstrou a infixidez das identidades, o fluir temporal e a instabilidade da significação, fatores que contribuem para a desconstrução do conceito de tempo metafísico, do essencialismo e da neutralidade descritiva. Através desses conceitos chaves foi possível realizar a conexão do romance de Proust com a abordagem filosófica do tema contingência na pós-modernidade, segundo tratado por Jean Clam e seu conceito de margens comunicacionais abertas para a contingência através da natureza psicoafetiva dos indivíduos e com a tese de Richard Rorty sobre self-relacional e a contingência das identidades.

Palavras-chave: Contingência. Teoria dos Sistemas. Self-relacional. Richard Rorty. Jean Clam. Marcel Proust.

THE TIME AND THE MEMORY: THE CONTINGENCY OBSERVED TROUGH MARCEL PROUST

Abstract: *This article presented the notion of contingency through the exposure of Marcel Proust's work, In Search of Lost Time, where is demonstrated the uncertainty of identities, the temporal flow and the instability of meaning. Proust deal in his book with the deconstruction of the concept of metaphysical time, essentialism and descriptive neutrality and that are the reasons because it's considered that this novel forms the necessary background for approaching the contingency theme in post-modernity in social theory according the concepts from Jean Clam and Richard Rorty's exposition about self-relational and the contingency of identity.*

Keywords: *Contingencies. Systems Theory. Self-relational. Richard Rorty. Jean Clam. Marcel Proust.*

* * *

Introdução

Modificar o entendimento arraigado sobre o valor da contingência na pós-modernidade é a aspiração principal do presente artigo. O objetivo principal do

presente artigo se desdobra na necessidade de debater a impressão negativa do conceito de contingência, haja vista que essa impressão representa uma avaliação oriunda de preceitos metafísicos que devem ser debatidos e não vistos como naturais e a única visão possível sobre o tema. Em prol do desenvolvimento do tema foi realizada pesquisa eminentemente teórica-abstrata, sem pretensões empíricas, utilizando-se do procedimento metodológico de análise de conteúdo bibliográfico em primazia, destacando-se a análise do romance de Marcel Proust, *Em Busca do Tempo Perdido*. Mostrou-se valiosa a escolha do romance de Proust como linha mestra porque a obra discorre sobre tempo e contingências como forma de desestabilização de caminhos, situações e personalidades tidas como fixas e imutáveis.

Abordar o tema contingência através da análise de um romance mostrou-se uma via interessante e alternativa à simples revisão de literatura sobre o tema contingência. A obra de Proust, além de deter alto potencial estético, possui um importante poder emancipatório em relação às premissas metafísicas que regem o entendimento mais corriqueiro sobre contingências. É sabido que a metafísica nega a importância das contingências e procura, de fato, sufocá-las em favor do determinismo. Conforme exposto, se uma das metas do artigo é sobrelevar o papel da contingência na vida privada e na teoria social na pós-modernidade, o romance de Proust permite a análise do tema de forma peculiar porque expõe a noção de contingência através das personagens e de suas vivências particulares, preparando um terreno fértil para a posterior digressão filosófica sobre o tema.

Será assim que em seu início o artigo explora o romance de Proust e suas ideias sobre construção de personagens, tempo e a memória, demonstrando como ele buscou abordar o tema contingência ao longo de *Em Busca do Tempo Perdido*. As observações de Walter Benjamin em *A imagem de Proust*, ensaio que faz parte de seu livro *Magia e técnica, Arte e política* foram salutares para permitir o destaque de pontos fulcrais da obra.

Após essa exposição, em prol do desdobramento do tema contingência e seu alinhamento com a digressão filosófica sobre o tema na pós-modernidade, foram apontadas as ligações do tema com o conceito de temporalidade, apresentando-se o entendimento da metafísica e suas conceituações sobre tempo absoluto, linear, fixo e imutável, noção que sufocava as contingências e as considerava como meros obstáculos a serem desprezados em um caminho já pré-determinado em busca de essências imutáveis e perenes.

Examinou-se como a visão metafísica sobre temporalidade foi desconstruída através da hermenêutica ontológica desenvolvida por Heidegger que permitiu uma nova forma de análise do tema contingência, contribuindo para a construção da noção de contingência para a teoria social na linha desenvolvida por Jean Clam que buscou a linha fenomenológica de abordagem do tema.

Ainda tratando de contingência na pós-modernidade, chegou-se, através da mesma raiz heideggeriana, nas ideias de Richard Rorty, um dos maiores filósofos a tratar do tema contingência. No presente artigo, serão abordadas designadamente suas ideias sobre *self relacional* e contingência de identidade, ideias paralelas ao quanto desenvolvido por Jean Clam, o que permitiu a exposição da similitude entre as ideias sobre contingência desenvolvidas tanto na teoria social quanto na teoria ironista.

Através da compreensão do tema nessas duas teorias, a visão sobre contingência pode ser modificada, ou seja, ao invés de obstáculos em um caminho rumo à revelação de essências, desenvolve-se ao longo do presente artigo uma visão que mostra que as contingências têm o papel de permitir a oxigenação tanto do sistema social quanto da identidade individual.

1. O tempo e a contingência abordados através da obra de Marcel Proust.

Proust escreveu *Em Busca do Tempo Perdido* entre 1908 e 1922¹ e conseguiu através de sua obra discorrer de forma inédita sobre o papel da memória, debatendo o conceito de tempo através da visão das transformações privadas das personagens entremeadas com as mudanças públicas da França e do mundo. Inclusive, um dos pontos interessantes a merecer destaque será a questão de como o autor conseguiu demonstrar com genialidade que qualquer mudança pública, por maior e mais relevante que seja, pode passar absolutamente despercebida em uma esfera muito pessoal. Na obra de Proust, as mudanças públicas só serão importantes na medida em que afetam a vida das personagens. Durante o romance, percebe-se que a contingência tem grande relevância no desdobramento das experiências das personagens que fluem com liberdade de um papel para outro e de uma situação para outra.

Antes de seguir em frente, é preciso compreender o que significa contingência para a filosofia, haja vista tratar-se de palavra polissêmica. Abbagnano destaca que contingência é uma noção que começa a se disseminar a partir da obra de Émile Boutroux, filósofo e historiador francês que escreve uma obra denominada *A contingência das leis da natureza* editada em 1874. A partir dessa obra, contingente passou a ser sinônimo de não-determinado, de livre e imprevisível. Nesse sentido, note-se que contingência é termo identificado com liberdade e se opõe à ideia de algo necessário, já pré-definido e linear, esperado e até anunciado:

O uso do termo "contingência" nesse significado caracteriza as correntes do chamado indeterminismo contemporâneo: doutrinas filosóficas que interpretam a natureza em termos de liberdade e de finalidade, isto é, em termos de espírito. A esse significado também se reporta o uso desse termo por Sartre, para quem contingência é o fato de a liberdade "não poder não existir". Contingência, portanto, é a liberdade na relação do homem com o mundo (ABBAGNANO, 2007, p. 201)

Portanto, note-se que *contingente* é um conceito ligado ao que não é imperativo, ao que é livre, ao que pode ser ou pode não ser, longe de qualquer caminho pré-determinado ou essência fixa. E esse entendimento é demonstrado no romance composto por Marcel Proust. O romance de Proust não é uma

¹ O número de volumes de *Em Busca do Tempo Perdido* ou *À la recherche du temps perdu* depende da edição. No presente artigo, a edição utilizada é composta de três volumes, segundo escolha da Editora Ediouro. O primeiro volume composto de *No caminho de Swann*, *À sombra das moças em flor*, tem 715 páginas. O segundo volume composto de *O caminho de Guermantes*, *Sodoma e Gomorra* e de 925 páginas. O terceiro volume composto de *A prisioneira*, *A fugitiva* e *O tempo recuperado*, de 796 páginas.

autobiografia², não é um retrato da Belle Époque, não é um estudo de casos, não é um romance filosófico, não é um estudo histórico sobre personagens reais. O romance de Proust merece uma classificação nova e original porque se desdobra ao longo de milhares de páginas sem qualquer “chave” de leitura, ou seja, sem qualquer plano de fundo que ofereça um sentido único para a compreensão da obra. De fato, diversas interpretações podem ser feitas e a leitura pode ser abordada por diversas vertentes. É o que é destacado por Rorty que ressalta que Proust sabia que não havia achado qualquer chave ao escrever *Em Busca do Tempo Perdido*. Proust deixou evidente que não havia feito “a descrição correta” porque sabia que só existiam contingências e o que ele fornecia era *a sua maneira* de explicar essas contingências. Por isso Rorty explica que “o romance de Proust é uma rede de pequenas contingências que se animam mutuamente”. (RORTY, 2007b, p. 176).³

Dentre essas diversas formas e vertentes de apreciação do romance, o tempo se destaca como figura principal. Ao produzir uma obra sobre a finitude, Proust reintroduz o infinito e expande a visão para as contingências e o acaso como relevantes e merecedores de maior cuidado e atenção e não como meros percalços no caminho. O tempo que tudo modifica, derruba, constrói e destrói será analisado e rememorado por Marcel Proust que consegue, ao longo de sua obra, demonstrar a fluidez temporal e o tecer das contingências desconstruindo o que se convencionou chamar de “destino”. O que Proust faz é analisar minuciosamente o “destino” e mostrar não há predeterminação e revelação e sim apenas resultados de uma intensa e valiosa trama de contingências.

Essa trama de contingências, tecida por Marcel Proust, é o que faz Walter Benjamin, em seu ensaio sobre o romance de Proust, apontar que “se texto significava para os romanos, aquilo que se tece, nenhum texto é mais “tecido” que o de Proust, e de forma mais densa.” (BENJAMIN, 1985, p. 37). Realmente, ao longo da obra, percebe-se um tecer lento e cuidadoso de numerosas ocasiões, personagens e oportunidades distintas, percorrendo a vida do Narrador. Outro dos aspectos destacados por Benjamin na obra de Proust é como essa ela representa um *Nilo de linguagem* composto de frases torrenciais que “transbordam nas planícies da verdade para fertilizá-las”. (BENJAMIN, 1985, p. 36). O leitor de Proust é sacudido por metáforas, conta Benjamin. Será na criação desse novo vocabulário que Proust realiza o seu *mimetismo*, ou seja, onde o Narrador tenta explicar e consubstanciar seus procedimentos para se tornar uno com a alta sociedade que frequentava, essa alta sociedade que estava em um período de transição.⁴

² Uma observação interessante de Edmond Wall sobre a época pouco antes da Primeira Guerra quando o romance é composto versa sobre a expressão alemã “*das Gleitende*” que representa o mutável, o escorregadio, o deslizante: o que outras gerações acreditavam ser firme é na verdade *das Gleitende*. Para Wall, essa expressão reflete o espírito da época. (WAAL, 2011, p. 130). Longe de querer expressar que essa pode ser uma chave definitiva para a leitura do romance de Marcel Proust, certamente é uma das questões que deve ser levada em consideração na leitura e que serve ainda para aproximar aquele breve período com a pós-modernidade quando se tratam de aspectos que lidam com a infixidez e a sensação de insegurança pela perda de identidade.

³ Proust descreve em seu romance Charles Swann e um dos modelos para a composição desse personagem é Charles Ephrussi, escritor, intelectual e colecionador de origem russo-judaica que vivia na França na época de Proust e inclusive foi um de seus primeiros editores, além de amigos. (WAAL, 2011, p. 104)

Proust rememorava o infinito e sua motivação para tanto é causa de indagação para Benjamin que chega à conclusão de que Proust buscava a restauração da felicidade primeira e por isso recordava, buscando fugir das cadeias da racionalização, incapaz de produzir a felicidade perseguida. E nessa linha é pertinente recordar que Walter Benjamin lamentava essa racionalização que conduzia à insistência na técnica e na reprodução, o que para ele, levaria à uma pauperização da experiência. Pode-se enxergar essa pauperização da experiência, refletida em pensamentos sobre “descobrir a chave”. Quando se pensa em “descobrir a chave”, quer-se descobrir quais são as únicas interpretações corretas, quais são os enunciados que revelam a verdade e a essência da coisa e será contra tais ideias que Benjamin se revolta em seu ensaio *Experiência e Pobreza* dizendo que “não se deve imaginar que os homens aspirem a novas experiências. Não, eles aspiram a libertar-se de toda experiência, aspiram a um mundo em que possam ostentar tão pura e tão claramente sua pobreza externa e interna, que algo de decente possa resultar disso” (BENJAMIN, 1985, p. 118).

De forma interessante, longe de lamentar a infixidez e a precariedade das certezas, Walter Benjamin lamenta a solidez e a falta de abertura dos homens para o novo e deplora a busca pela segurança das mesmas manifestações, observando a platitude do pensamento cartesiano, típico da segunda fase da metafísica subjetivista:

(...) entre os grandes criadores sempre existiram homens implacáveis que operaram a partir de uma tábula rasa. Queriam uma prancheta: foram construtores. A essa estirpe de construtores pertenceu Descartes, que baseou sua filosofia numa única certeza — penso, logo existo — e dela partiu. (BENJAMIN, 1985, p. 119).

Benjamin combate a ideia da tábula rasa e sua tese é que a experiência que vinha da narrativa, da comunidade e da oralidade segregou-se por conta da técnica, das formas de produção, do modo de vida e assim individualizou-se. Seria preciso, segundo Benjamin, resgatar uma nova forma de narratividade, agora não mais espontânea, mas a partir de um trabalho atento de construção da narratividade porque, para Benjamin, enquanto o narrador retira da experiência o que conta, no romance o romancista está segregado, isolado e não tem mais uma narrativa oral para ampará-lo. Bem, esse não é o caso de Marcel Proust. Apesar da doença o ter afligido o bastante para conduzi-lo ao isolamento em seus anos tardios, Proust, dentre muitas outras coisas, conseguiu pintar um retrato vivo da alta classe francesa no século XX. Esse retrato tinha em Proust um participante entusiasta, pois durante anos e anos, Proust dedicou-se ao cultivo de relações na alta sociedade da qual fazia parte. É interessante destacar que o frenesi social de Proust é demonstrado em numerosos livros, cite-se uma passagem do livro de Edmund Wall onde este conta que Proust conhecia seu tio e dono original da coleção, Charles Ephrussi e que este se mostrava espantado pela avidez social daquele,. (WAAL, 2011, p. 90). Mas essa riqueza de vivências auxiliou na originalidade do romance de Proust que surpreendeu Benjamin na medida em que aquele se fez *narrador de suas memórias inconscientes*, expurgando o processo de rememoração racional para jogar luz sobre o que era recôndito.

Walter Benjamin, ao analisar a obra de Proust, diz que “há eternidade nas páginas de *Em Busca do Tempo Perdido*, mas não a eternidade das regiões superiores entrevista por Platão, é uma nova forma de eternidade, não do tempo infinito, e sim *do tempo entrecruzado*” (BENJAMIN, 1985, p. 45), pois é o fluxo do tempo o principal personagem de Proust que entrecruza a reminiscência no plano interno com o envelhecimento no plano externo e compreende que essa interação implica em perceber o fluir do tempo. Esse fluir temporal também pode ser captado durante a leitura de *Em Busca do Tempo Perdido* na medida em que é possível perceber que Proust derruba qualquer noção de destinos pré-definidos. O arco das personagens é modificado de acordo com o arco das demais personagens, em um tecer extraordinariamente rico. Não é possível, em nenhum momento da leitura, cravar com exatidão qual a “verdadeira personalidade” de qualquer das personagens apresentadas.

Nesse tecer de contingências, nesse rico “tecido” segundo a observação feita por Benjamin sobre a obra de Proust, é evidenciada o que para muitos representa a via-crúcis dos seres humanos, sujeitos à relatividade temporal, ao indeterminismo, à busca por sentido e à finitude. Sem enxergar tais fatores como lamentáveis, há que se celebrar em Proust o modo como ele consegue tecer as contingências e mostrar o poder do acaso.

Pode-se perceber esse tecer quando se entende que o Narrador poderia nunca mais ter visto Albertine a não ser em Balbec na primeira vez, quando ela ainda não se distinguia da linda massa amorfa das raparigas em flor e assim, nunca a teria amado, sofrido e se transformado. Do mesmo modo, Albertine poderia não ter morrido e nesse caso, teria retornado à *folie à deux* com o Narrador e sabe-se lá que consequências daí adviriam. Odete poderia nunca ter cruzado com Swann e a filha de ambos, Gilberte, primeiro amor do Narrador, poderia ter se apaixonado por este e impedido o encontro com Albertine, fazendo com que a experiência do primeiro amor tivesse sido doce e satisfatória. Enfim, diferentes acontecimentos produziram diferentes impressões, nada era predeterminado ou tinha um sentido pronto que deveria ser buscado e desvendado. Havia a construção de um sentido pelo caminhar e mais, esse sentido era modificado pelo relembrar.

Isso porque o Narrador busca revisitar os acontecimentos do passado e logra descobrir um novo sentido a cada nova rememoração, percebendo que os centros de gravidade narrativa eram modificados de acordo com circunstâncias. Assim, a memória do Narrador mostrou um novo Saint Loup que não era quem parecia ser em uma primeira análise, o que também ocorre com o Senhor de Charlus. Albertine e Andrée passaram de amigas a objeto da obsessão do Narrador, vítima de seu próprio desespero por se apossar de Albertine. Swann ora passava por um amigo leal, financista talentoso e pai extremoso para um amante inveterado e enganado e seu judaísmo era ora obliterado, ora ressaltado. Odete podia ser a amiga dedicada, a mãe afetuosa ou a amante egoísta e tresloucada.

Tais riquezas narrativas são demonstradas com grande força no exemplo do próprio Narrador, personagem principal do romance. No início de sua obra, vemos o Narrador contando como se sentia em relação aos seus genitores. Seu pai, indignado com o tratamento dispensado ao menino pela mãe, tenta retirar o menino dos cuidados maternos, o que para a criança significava lamentos, demonstrados através de passagens nas quais ele reclamava que o pai “constantemente recusava-se vantagens que me haviam sido concedidas nos pactos mais generosos estabelecidos por minha mãe e minha avó, porque não se preocupava com

princípios e para ele não havia “direito das gentes”. (PROUST, 2004, pp. 45, volume I).

O pai, sempre aborrecido com as pieguices do filho, buscava endurecê-lo, enquanto a mãe e a avó buscavam adorá-lo. Interessante notar que a mãe e a avó terão grande importância durante toda a obra, enquanto o pai passa, no mais das vezes, despercebido, e é possível perceber que o amor e o cuidado de mãe e avó geraram um apego do Narrador ao passado que é perceptível ao longo de toda obra, pois esse amor do Narrador leva à necessidade de reviver esse tempo infantil.

Inicialmente, o Narrador lamentosamente diz que “a possibilidade de semelhantes horas nunca mais renascerá para mim”. (PROUST, 2004, pp. 45, volume I), porque ainda está preso à noção de tempo linear, na qual o passado *fica para trás*. Contudo, o apego do Narrador às situações vividas, mais tarde replicado no saudosismo do Narrador em relação ao seu primeiro amor por Gilberte, sua admiração pelos Guermantes e outras situações, faz com que o Narrador busque reviver tais momentos e será esse apego intenso que fornece a solução para a saída da noção de tempo linear através da memória. É a memória que consegue fazer com que o Narrador não sucumba à angústia em razão da temporalidade e da finitude. Observando que Proust busca escrever não a experiência, mas a observação de segunda ordem sobre a experiência, pois ele busca expor o *que ele rememora* sobre a experiência, Rorty diz que Proust está realizando um *andenkendes Denken*- um pensar rememorativo. (RORTY, 2007b, p. 203). Ao destacar a memória, Proust tem a coragem de não fazer qualquer compromisso metafísico e arruinar as visões predeterminadas e racionalmente organizadas do tempo vivido que deveria fornecer uma significação “congelada”, suspensa no tempo. Proust consegue ao rememorar, paradoxalmente, trazer o infinito porque ele relembra o que já era em si, memória. Recorrendo novamente a Benjamin, este, ao discorrer sobre a obra de Proust, destaca que se um acontecimento vivido é limitado, um acontecimento lembrado é infinito, “porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois”. (BENJAMIN, 1985, p. 37). E tudo que veio antes e depois muda. Muda quem rememora e muda o significado. Nada está suspenso ou congelado, tudo flui em um tecer incessante de contingências.

Assim, é possível perceber através do *pensar rememorativo* de Proust que a memória pode recuperar o tempo. Mas não a memória comum, o lembrar organizado e bem elaborado de acontecimentos vividos, mas o que Proust chama de *memória involuntária* que pode ser compreendida em uma de suas mais famosas passagens: quando o Narrador molha a madeleine no chá e revive (revive, não rememora simplesmente) os tempos de infância. É uma memória inconsciente de um tempo que segue intacto dentro de cada um e que permite a derrubada da divisão artificial de passado, presente e futuro.

Seria através da análise do passado e do diálogo com o tempo que o Narrador se percebe ao final como um *ser extratemporal* porque precisava do presente para resgatar o passado, mas precisava do passado para dar sentido ao presente, vivendo fora do tempo, chegando à constatação que estando situado fora do tempo não precisava temer o futuro. (PROUST, 2004, pp. 667, volume III) e por isso havia alcançado a eternidade.

Conforme foi destacado, há uma desconstrução da noção de tempo absoluto a ser na obra de Proust e para ele não existirão a noção de três tempos separados⁵, passado, presente e futuro, bem delimitados e definidos, cerceados em sua fluidez. De fato, o que Proust exhibe é um tempo prolongado sem interrupção: o passado estava implícito e para recuperar um momento bastaria buscá-lo no íntimo. Essa visão do passado se entremeava ao presente de tal forma que qualquer linha definitiva de separação não existia e por isso, é justamente por mais tempo que o Narrador implora, tempo para escrever sua obra, na qual descreveria os homens como *criaturas monstruosas*, mágicas que borravam as distinções temporais:

(...) como se ocupassem um lugar tão considerável, ao lado daquele tão restrito que lhes é reservado no espaço, um lugar, ao contrário, prolongado sem medida, visto que atingem simultaneamente como gigantes mergulhados nos anos, épocas tão distintas vividas por eles, entre as quais tantos duas vieram se colocar- no Tempo. (PROUST, 2004, pp. 796, volume III).

Tecendo o seu *pensar rememorativo*, o Narrador rememora suas lembranças, em especial as recordações de sua mãe e sua avó, significativas para seu ardor em restaurar aquela “felicidade primeira”. Ele consegue ao rememorar achar novas nuances no olhar da avó e perceber que o que ele havia classificado como coqueteria certa vez em uma praia em Balbec, era um prenúncio de morte, prenúncio que ele era jovem demais para compreender. Enfim, cada acontecimento, ao ser rememorado, ganhava novas cores e novos significados, como quando o Narrador percebe que seu insano amor por Albertine, por quem de início daria a própria vida, era ao fim feito de prisões, mentiras, interesses velados.

Percorrendo suas memórias, o Narrador, ao fim da vida, mediante uma análise fortuita, fruto de um pequeno acidente, começa a perceber a amplitude temporal e a dissolução das barreiras fixas entre passado, presente e futuro. É assim que percebe que nada era bom ou mau em si mesmo e que qualquer sentido buscado não seria encontrado em grandes respostas pré-definidas, mas através das *transformações internas sofridas pelo indivíduo*. Proust em seu romance conseguiu mostrar o fluxo temporal e que a finitude está sempre ali, junto à possibilidade de redescoberta, ou seja, de rememorar o fato passado de uma forma nova e distinta, até no grande primeiro amor do Narrador por Gilberte que irá tornar-se algo indiferente, possibilidade contra a qual o Narrador luta bravamente:

Encarniçava-se continuamente com a clarividência não só do que fazia no presente, mas do que daí resultaria para o futuro, num longo e cruel suicídio do eu que dentro de mim amara Gilberte; sabia não só que dentro de algum tempo não amaria mais Gilberte, mas também que ela própria o lamentaria... (PROUST, 2004, pp. 468, volume I).

⁵ O que pode nos levar ao conceito de *Sorge* como desenvolvido por Heidegger. De fato, o processo de compreensão descrito por Proust na parte final de sua obra tem muitas aproximações com Ser e Tempo e esse foi um dos motivos que se levou ao desejo de aproximar a obra de Proust com os modernos estudos sobre contingência que tem origem heideggeriana.

Convicções arraigadas mostravam-se sujeitas às circunstâncias. Não havia um direcionamento fixo e imutável, não havia uma universalidade ou uma direção pré-definida porque o *caminho era construído pelo caminhar*. Por conseguinte, o Narrador enxergava o seu rememorar e a “contiguidade de lembranças, que se seguem umas às outras, o negro túnel”, observando que arrastado pelo influxo de pensamentos, seu “pensamento já devaneava há tanto tempo que já nem reparava nele” (PROUST, 2004, pp. 400, volume III), formando uma teia de lembranças infinitas, na qual nenhum acontecimento tinha uma conceituação já fechada, determinada e bem acabada. Bastava rememorar para novas lembranças surgirem e as lembranças se modificarem.

Um dos exemplos mais tocantes da obra é fornecido quando o Narrador conta sobre o dia em que Bergotte, pintor famoso e valorizado pela sociedade, disse ao Narrador que este era doente, mas possuía todos os dotes de espírito. À época, tal frase foi de grande consolo para o Narrador, já então às voltas com dificuldades para conseguir realizar algo que considerasse útil e assim, a frase foi ouvida pelo Narrador com orgulho. Rememorando essa lembrança, anos e anos depois, o Narrador agora classifica a frase de Bergotte como lamentável: Bergotte teria desejado expressar que o Narrador detinha uma espécie de lucidez estéril porque todos os seus dotes de espírito eram gastos com leviandades e não em prol de realizar a grande obra que desejava. Ou seja, a frase recebida antes com orgulho, transformava-se em lamento e o Narrador constatava com temor, mas ao mesmo tempo com lassidão, que se o destino desse a ele mais cem anos, ele gastaria os cem anos com “leviandades” e por isso de nada lhe adiantava ser tão inteligente “se as alegrias da inteligência nada mais eram do que frias verificações sem prazer e infecundas.” (PROUST, 2004, pp. 661, volume III).

O que mudou nesse tempo, cabe perguntar... A frase era a mesma e quem a proferiu já estava morto. Por que sua significação mudou ao longo do tempo? É assim que é possível perceber que quem se transformou foi o Narrador, pois foi ele que no decorrer de anos deixou de ser o jovem leviano para tornar-se o homem maduro, já passado por sofrimentos, alegrias, pessoas distintas e experiências o bastante para lamentar o tempo perdido com leviandades. Não obstante, são essas “leviandades” que compõem a obra máxima de Proust. Porque é preciso questionar, o que seriam leviandades? Existiriam, ou tudo depende do arranjo que é composto? Proust escreve sobre molhar um bolinho no chá e compõe um dos mais belos arranjos literários. São as “leviandades” que compõem uma vida e isso fica patente no tecer da vida do Narrador: um dia era o silêncio, um dia era tempestade, um dia era ficar nos arredores do Palácio da Justiça, outro dia era ficar lendo jornais. Outro dia, sua vida se enchia de labores, viagens, excursões. Em um dia havia amor, em outro dia havia ódio e indiferença.

Enfim, na vida do Narrador, tal qual os demais seres humanos, todos indenes de um sentido único, todos órfãos de um destino, havia de tudo, só o que não havia era descobrir qualquer essência a ser revelada nem qualquer espécie de determinismo racional. Os eventos aconteciam tal como tem a liberdade de acontecer e quando eram rememorados tomavam um novo significado e cada vez que eram rememorados, adquiriam uma nova significação porque nunca era o mesmo homem que os rememorava. O tempo exercia seu efeito sobre a memória e sobre o homem que rememorava. E esse é o mote do belo tecido de contingências que Marcel Proust traçou ao escrever sua soberba composição.

2. A noção de tempo fixo e imutável é questionada.

Exposta a visão do romance de Marcel Proust que logrou demonstrar a beleza do tecer das contingências e a infixidez temporal, importa destacar como foi erigida a visão tradicional que enxerga contingências como obstáculos a serem superados em prol de uma visão determinista. Destacar a importância do fluir do tempo e do acaso é algo que esbarra na força da matriz filosófica metafísica e em seu desprezo pela contingência. Proust conseguiu contornar e retirar sua obra desse paradigma, demonstrando a beleza e a importância das contingências no tecer das vivências e experiências humanas, elaborando uma visão que vê beleza no acaso e que deve vir à tona, mas, para conseguir isso é imperativo sair do paradigma metafísico sobre o tempo.

Mas o que diz esse paradigma e como sua força levou ao desprezo da contingência? Inicialmente pode-se começar uma explicação recordando, conforme foi exposto, que o tempo era a personagem principal do romance de Proust que logrou derrubar as barreiras artificiais construídas em relação ao fluir temporal. Tais barreiras dizem respeito a um conceito expresso através de uma visão metafísica determinista que define espaço e o tempo como molduras para essências imutáveis. Para a metafísica, tempo e espaço eram fixos e lineares em um Universo imutável, conforme esclarece Hawking ao descrever a mudança na conceituação sobre o tempo:

Até 1915, pensava-se que o espaço e o tempo eram um palco fixo onde os acontecimentos ocorriam, mas que não era afetado por eles (...) nas décadas seguintes, esta nova compreensão de espaço e tempo iria revolucionar a nossa concepção do Universo. A velha idéia de um Universo essencialmente imutável, que podia ter existido e podia continuar a existir para sempre, foi substituída pela noção de um Universo dinâmico e em expansão, que parecia ter tido início há um tempo finito no passado, e que podia acabar num tempo finito no futuro. (HAWKING, 2012, p. 44)

Hawking explica que até o século XX o Universo era tomado como fixo e, portanto, a ciência natural reforçava o essencialismo defendido pela filosofia numa relação de retroalimentação que sofreu questionamento apenas em idos de 1915 quando Einstein propõe a teoria da relatividade geral, seguindo abalada até 1929 quando Edwin Hubble apresentou teorias que reforçavam a relatividade.

Essas descobertas foram o impulso para o início de uma nova era para a física. A noção de unicidade e imutabilidade do Universo foi questionada e sobressaiu a importância da questão sobre a expansão do Universo, entendimento que implicava em entender que primeiramente o Universo estava concentrado e algum dia tinha existido uma união dos corpos celestes em um só ponto de alta densidade o que é a síntese da teoria do Big Bang. A partir dessa ideia de um Universo em expansão e não mais um Universo fixo, imutável e composto de essências, foi revolucionada a noção de temporalidade. Partindo da noção de criação do Universo, pode-se pensar na criação do tempo tal qual ofertado na mitologia, paradigma que é depois replicado pelas ciências naturais que defendiam que havia um tempo absoluto e acreditavam “que se podia medir sem ambiguidade

o intervalo de tempo entre dois acontecimentos, e que esse tempo seria o mesmo para quem quer que o medisse, desde que utilizasse um bom relógio” (HAWKING, 2012, p. 27). Apenas após a teoria do Big Bang e dos cálculos sobre a velocidade da luz que se percebeu o tempo não mais como uma entidade fixa, linear e imutável e isso implicava em abandonar as ideias anteriores à teoria da relatividade e mudar o conceito estabelecido de tempo pois, a partir dali, não havia mais sentido em falar de tempo eterno, universo fixo e imutável e muito menos em tempo e espaço como molduras para essências imutáveis a serem descobertas e reveladas porque representavam *A Verdade*.

Portanto, estabelecido o quadro que revolucionou as ciências ditas como *ciências naturais*, há que se entender como essa revolução foi captada por alguém que estava do lado das assim chamadas *ciências do espírito*. E Heidegger foi um dos filósofos que compreendeu esse movimento revolucionário através do contato mantido com o pensamento de Einstein. Martin Heidegger entendeu como aquelas concepções modificavam o conceito de tempo até então estabelecido.⁶

Heidegger, partindo das novas conceituação sobre o tema, desenvolveu a ideia de que o próprio ser é tempo e possibilitou uma nova compreensão sobre a questão da contingência, abalando a metafísica. Para compreender o que Heidegger fala sobre o tema é preciso entender que a física, após a teoria da relatividade, passou a afirmar que não era possível prever o futuro com exatidão e que não era possível nem ao menos, através de cálculos da física, medir com precisão o estado atual do Universo. (HAWKING, 2012, p. 65), tendo destituído a ideia de tempo absoluto e linear. Nesse sentido, é importante destacar que a ideia do tempo absoluto é a semente do dualismo realidade/aparência, base da metafísica que, como dito, percebe tempo e espaço como simples molduras para essências imutáveis que devem ser buscadas como base de qualquer asserção que se diga verdadeira.

Pode-se notar com precisão essa ideia desde Platão e sua alegoria sobre a caverna e sombras que não eram *A Realidade*, e mais tarde, quando se recorda que “Kant defendia que o mental é temporal, mas não espacial, enquanto o imaterial – o mistério para além dos limites do sentido- não é espacial, nem temporal.” (RORTY R., 1995, p. 34). O que se pode ver é que Kant estava veiculando a construção de um modo de pensar que não fosse afetado pelo espaço nem pelo tempo, construindo sua teoria sobre dualismos que veiculavam a grande preocupação sobre realidade/aparência que levou também à construção da falsa bilateralidade entre essência e existência.

Como consequência de tais dualismos surgia a pergunta: como chegar nessa realidade, constituída por coisas com essências fixas? A resposta versava sobre superar a existência em busca do essencialismo, chamado por Heidegger de *coisalidade*. É ele que também percebe que a coisalidade servia como base principal

⁶ Acredita-se relevante destacar que Heidegger tinha grande interesse e formação no campo das ciências naturais, conforme é narrado e explicado por Santos: Em seu ensaio *Der Zeitbegriff in der Geschichtswissenschaft*, lido em Freiburg em 1915, Heidegger exhibe conhecimentos da Física de sua época, cita textualmente Max Planck, Galileu e Einstein, e, partindo de uma descrição precisa do método experimental, esforça-se por esclarecer o conceito de tempo com o qual opera a Física (utilizando, inclusive, equações), tendo em vista uma contraposição com conceito de tempo próprio das Ciências Históricas. (SANTOS, 2017).

da metafísica que se desenvolvia em torno dessa busca por essências, desprezando o fluir temporal e muitas vezes o tomando como algo negativo a ser extirpado. Por isso, Heidegger explica que a coisalidade é uma derivação do incondicionado:

A coisalidade deve ser qualquer coisa de incondicionado: Com a questão “que é uma coisa?” perguntamos pelo incondicionado (Unbedingten). Questionamos acerca do palpável que nos rodeia e, com isto, afastamo-nos ainda e cada vez mais das coisas que nos estão próximas, como Tales, que via até às estrelas. Devemos ultrapassar as estrelas, ir além de todas as coisas, em direção ao que já-não-é-coisa, aí onde já não há mais coisas que dêem um fundamento e um solo. (HEIDEGGER, 1987, p. 20).

Por meio desse pensamento de raiz platônica, pensava-se que uma coisa era somente um suporte para a incidência de diversas propriedades. A coisa era o centro, em volta do qual giravam propriedades mutáveis, mas a coisa em si não mudava. Ou seja, a coisa era fixa e espaço e tempo eram molduras para a metafísica. São essas as noções que são questionadas por Heidegger que pergunta se “são espaço e tempo apenas um quadro para as “coisas”, um sistema de coordenadas que instalamos provisoriamente, apenas para alcançar indicações rigorosas sobre as “coisas”, ou são espaço e tempo algo de diferente? A relação da “coisa” com eles é esta relação exterior?” (HEIDEGGER, 1987, p. 27).

Essas perguntas permitem que Heidegger perceba que a ideia de essência que sempre existiu e que poderia, ou melhor, *deveria* ser alcançada ⁷era uma ideia definida como uma *concepção natural*: ou seja, uma ideia que se deixava compreender por si, sem que fossem necessárias mais explicações. Todavia, Heidegger questiona esse suposto modo de pensar “natural” e diz que ele é simplesmente resultado da disseminação da metafísica, uma vez que para ele, o dualismo realidade/aparência representava somente uma ideia que começou com Platão, seguiu com Aristóteles, percorreu um longo caminho e foi reforçada até ser vista como o único modo de ver o mundo, como o modo lógico e natural de se olhar para os processos no mundo. (HEIDEGGER, 1987, p. 46). Mas esse modo de ver o mundo, através da ideia de essências incondicionais, deveria ser impugnada, demolida, portanto, a dualidade nómeno e fenômeno, porque atrás do fenômeno não há nada, uma vez que segundo a sua filosofia, o contrário de fenômeno não é nómeno, é encobrimento. Pode-se entender, segundo os ensinamentos de Heidegger, que a metafísica gerou o que se pode denominar de “entificação” do ser e através de suas ideias entende-se que ser não é ente, ser é o sentido do ente. O ser está ligado ao fluir do tempo e esse sentido do ente é dado pelo homem que é ente privilegiado que pergunta pelo sentido.

Heidegger define que quem pergunta é o *Dasein*, caminhando por sua existência. E tendo que lidar com numerosas contingências, não há mais espaço para destinos pré-determinados. Destarte, o ente receberá o influxo direto da temporalidade através do *Dasein* que se pergunta sobre o ser do ente e por isso, não há como se falar em essências fixas, pois tudo está sujeito ao tempo que tudo

⁷ Quase o chiste contemporâneo sobre “sair da Matrix” e enxergar as coisas “como verdadeiramente são”. A Matrix é a nova caverna de Platão, é o retorno à metafísica, mais palatável do que se abrir para *das Gleitende*.

modifica, constrói, destrói conforme percebeu Marcel Proust em seu romance, quando este diz que “havia reparado que só a percepção grosseira e errônea põe tudo no objeto, quando tudo está no espírito...”. (PROUST, 2004, pp. 696, volume III). Enfim, o entendimento de Heidegger foi uma das linhas de desconstrução da noção sobre tempo conforme determinado pela metafísica e abriu espaço para uma linha de pensamento filosófico que enxerga a contingência de forma diversa.

3. O tempo desconstruído leva ao entendimento sobre contingências na pós-modernidade

Exposto o entendimento sobre temporalidade é possível fazer a ligação entre a queda do absolutismo temporal através da via heideggeriana e o tema contingência. Na pós-modernidade vê-se novamente o uso da expressão *das Gleitende*. Novamente se encontra o escorregadio, a infixidez, o indefinível e buscando entender essa questão, Jean Clam trata com profundidade do tema contingência em termos de teoria social, destacando que são as “diferenças contingentes que fazem o mundo fluir: elas o tornam ambíguo e transformam contornos precisos em matizações, primeiros-planos em planos de fundo, linhas distintas em linhas não distintas”. (CLAM, 2006, p. 16).

Para Clam, o papel da contingência é fundamental para *sacudir* o que parece estabilizado e criar o paradoxo fundamental: o da *legitimidade da escolha de diferenciações provisórias*. Para ele, o contingente é o “possível alternativamente ao anômico, ao prescrito e ao não inimaginável.” (CLAM, 2006, p. 24). Se, não há essências fixas a serem buscadas e reveladas, o que legitima qualquer escolha que seja feita? É essa a angústia que move Clam em busca de respostas. Conforme Clam busca fontes que ele chama de mais fenomenológicas e mais intuitivas para entender a contingência, podemos nos aproximar de seu tratamento do tema, recordando que para a teoria dos sistemas o foco está em lidar com o crescimento da contingência na sociedade por conta da complexificação, virtualização e circunloquialização da comunicação, ou seja, o crescimento da alternatividade.

Em termos de contingência social, Clam se pergunta “pela capacidade flutuante que uma sociedade possui de integrar em determinado momento aquilo que ela até então havia excluído.” (CLAM, 2006, p. 20). Há uma expansão do que é possível, portanto. Clam aborda o tema em relação à teoria social, tematizando sobre como projetar a noção de contingência para a realidade social, centrando na comunicação social.

Versando sobre contingência social, Clam nos explica que ela deve ser entendida através das metáforas do “penetrar, do estreitamento desse penetrar, do manter-aberto para o que vem.” (CLAM, 2006, p. 22). Ele explica que cada sociedade possui uma estrutura de delimitação, imposta pela própria sociedade que define as possibilidades, excluindo o que não é possível, o que é proibido, o que Clam chama de *anômico*, referindo-se à transgressão de um *nomos* ou norma. Quando se faz o proibido, há sanção e essa sanção reforça a norma, que reforça o que se espera da conduta social. Há uma dominância esperada de certos tipos de conduta, portanto. Então, pode-se afirmar que certas comunicações nunca ocorrem em determinada sociedade, pois são excluídas. Elas podem, inclusive, fugir tanto das formas correntes que nem ao menos são imaginadas, previstas, e acaso o sejam, são consideradas absurdas, inimagináveis.

Contudo, mudanças muito complexas trazem esse inimaginável para a esfera do possível. Veja-se que entre o que é proibido e o que é prescrito, existe o que é *permissível*. E será nesse espaço que está a contingência. Conforme explica Clam, “o contingente é precisamente um possível que ingressa na sociedade vindo de um exterior que não é o seu espaço familiar.” (CLAM, 2006, p. 24). Pode-se entender o contingente como algo novo e diferente que desestabiliza ou entender o contingente como uma variação normal e constante nas comunicações sociais, ou seja, nessa segunda concepção, busca-se tomar o contingente sem surpresas, sem buscar sufocá-lo, como fato da vida. A primeira representa a compreensão forte do tema contingência e a segunda, a compreensão fraca. A primeira traduz o desconhecido e traz temor e angústia, e na segunda se parte de um entendimento sobre a multiplicidade de possibilidades no contexto da comunicação, compondo o que se denomina de *contingência de variação interna*.

Clam visa trabalhar com a contingência forte, aquela que é motivo de angústia, a contingência que vem de fora para dentro daquele sistema e que Clam chama de *contingência thyrathen*, fazendo menção a Aristóteles quando este designa as relações de não imanência estrita. Será nesse sentido que Clam desenvolve o seguinte raciocínio: se é certo que as sociedades tendem a reprimir tudo que não cabe no que ela elege como tradicional, em especial ao que é anômico, isso faz com que seus espaços rejeitem qualquer conduta que não seja adequada. Sendo assim, a contingência forte, quando penetra, é rejeitada e gera uma reação de expurgo, via de regra. Mas, excepcionalmente, a contingência é aceita e não expurgada. Por quê?

O começo da resposta para essa pergunta pode vir da celebração da infixidez da pós-modernidade. Ao invés do lamento sobre a falta de solidez, que a abertura seja celebrada e a insegurança exaltada por permitir a expansão de limites. É nessa linha que Clam adverte sobre a abertura à contingência na Era Moderna. Sua ideia deve ser aliada ao conceito de pós-modernidade segundo o quanto definido por Lyotard quando este explica que o pós-moderno, enquanto condição de cultura nesta era, caracteriza-se exatamente pela *incredulidade perante o metadiscurso filosófico-metafísico, com suas pretensões atemporais e universalizantes*. (LYOTARD, 2009, p. IX). É nesse sentido que se deve compreender pós-moderno no sentido de desconfiança frente a metanarrativas de significação, sejam metanarrativas religiosas, nacionalistas e assim por diante.

As queixas de desconfiança em relação às metanarrativas formuladas por Lyotard são replicadas por outro autor, desta feita, um autor que tal qual Clam, também trata de teoria social: Teubner. Ele enxerga a dissolução da certeza em níveis individuais e sociais, trabalhando com o conceito de policontextualidade que ele acredita ser *uma das mais desconcertantes experiências do nosso tempo, lança dúvidas fundamentais sobre se essas variantes do conceito kantiano de justiça ainda são cabíveis nos dias de hoje* (TEUBNER, 2005, p. 20). Assim, essa fragmentação, essa policontextualidade, são conceitos que podem ser ligados ao quanto observado por Clam quando este diz que na Era Moderna há uma abertura para o que vem do futuro, onde o contingente é simplesmente o novo, estando à disposição da exploração e busca voluntária pelo ser humano.

Clam destaca que o contingente pode representar esse novo à disposição de quem se aventura em busca dele em uma visão positiva, mas, ao mesmo tempo, pode representar uma visão negativa quando foge ao controle porque a sociedade espera que o futuro seja integrado. Essa busca pela integração do novo diverge,

pois cada sociedade lida com isso à sua maneira, de acordo com suas *margens de variação*, podendo ter um certo modo de abertura ou fechamento para o futuro. (CLAM, 2006, p. 27). Há alguns modos de expansão dessas margens. Para efeito do presente artigo, há que se destacar que um dos modos de expansão das margens é de natureza psicoafetiva e diz respeito ao indivíduo moderno. Segundo aponta Clam, o indivíduo moderno é um angustiado com a falta da cadeia de proteção que lhe era dada em épocas precedentes. Ele está sem “a evidência propícia de um nós originário” porque esse Nós diminuiu e até desapareceu na pós-modernidade. Suas redes de proteção já não existem. E sua busca por sentido se tornou mais angustiante e individualizada.

Clam chama atenção para algo significativo: “no limite desse “nós” cessam a solidariedade e a empatia” (CLAM, 2006, p. 37), pois o indivíduo não consegue empatizar com o sofrimento daquele que lhe é Outro, daquele que lhe é, portanto, estranho.

É aqui, no limite da construção da identidade, que é sobrelevado o papel da contingência. Isso porque segundo informa Clam, a contingência terá um papel especial na construção de uma nova identidade para o indivíduo moderno angustiado com a dissolução de limites e fronteiras. Clam destaca que tantas e tantas vezes a alteridade bate à porta que em certo momento o indivíduo desiste de acirrar-se contra o Outro, desiste, portanto, de aferrar-se a um Nós beligerante e se enxerga no Outro, ficando desestabilizado porque não pode mais excluir o Outro de sua empatia. Isso causa nova angústia ao indivíduo que não entende mais os limites e as exclusões. Por que agora o Outro deve ser objeto de empatia? O que mudou? Para Clam, o mundo moderno nutre-se dessa angústia que *desperta* o indivíduo que agora entende que esses limites tão bem colocados e erigidos que permitiam a construção da própria identidade são limites aleatórios, artificiais. São limites contingentes.

Em regra, a identidade é composta de muitas e muitas exclusões. É mais fácil por vezes saber do que não se gosta do que saber o que se gosta e o *eu não quero* é mais simples de proferir do que o *eu quero* que represente a escolha de um sentido que não tem mais qualquer raiz forte que lhe sirva de esteio, um sentido que muitas vezes será fundamentado somente na decisão e escolha individual. É então que o indivíduo moderno, já angustiado com a retirada de suas redes, já imerso em confusão e desatino, passa a ser cada vez mais impactado com a visão do Outro e com o sentimento de que esse Outro não é Outro e sim um de Nós. Há uma desinserção do indivíduo das identificações com o Nós originário e uma exposição à sensibilidade ao Outro e assim por diante, com uma expansão gradativa, conforme explica Clam. Esse processo, longe de ser simples, causa angústia porque abre o indivíduo para a contingência mais profunda, a contingência em relação à construção da própria identidade. E a partir daí, mais e mais contingências irão se agrupar e ocorrer, se expandido até questionar os próprios sistemas sociais.

Conforme exposto, esse processo representa a abertura ao novo e a oxigenação, mas também pode ser visto como perigoso. Ora um processo singelo, ora assustador, mas que, de todo modo, representa a saída de uma concepção essencialista.

Enfatizando a contingência como possibilidade de abertura a novos entendimentos, pode-se pensar que o indivíduo que questiona o processo de formação de sua identidade se expondo ao Outro é um indivíduo que percebe a

força da contingência e do acaso. Sendo assim, é um indivíduo que pode aceitar a falta da proteção da metafísica, não mais lamentando a falta de segurança, mas celebrando a liberdade proporcionada pela aceitação da importância da contingência e pelo abandono do determinismo essencialista.

4. A expansão ao outro e a tese sobre o self relacional

Enfatizando especificamente a dimensão psicoafetiva individual como meio de expansão das margens para o contingente, pode-se aliar ao tema do tecer de contingências feito na obra de Marcel Proust à ideia de Richard Rorty sobre *self relacional*, tese paralela à ideia de Clam de diluição de identidades fixas e imutáveis na Era Moderna. Para Rorty, filósofo neopragmático de influência heideggeriana, o “eu” não deve ser visto através do prisma da coisalidade, mas sim como *centro de gravidade narrativa*. Rorty defende a inexistência de um “eu” essencial e explica que pessoas têm várias narrativas, *várias e diferentes identidades morais*. *É essa pluralidade de identidades que explica o número e a variação de dilemas morais, filósofos morais e romances psicológicos...* (RORTY, 2005, p. 107)⁸. Para ele, as pessoas não têm essências fixas e isso não significaria irracionalidade no sentido depreciativo citado pela metafísica que sempre clama por retornos às verdadeiras identidades e lamenta “as máscaras” utilizadas pelos indivíduos em diferentes épocas.

Certo é que na pós-modernidade ou Era Moderna como classifica Clam, o indivíduo vive através de inúmeras, múltiplas e divergentes descrições, através da temporalidade e da consciência da própria finitude, sendo colocado frente ao Outro a todo momento e precisando reafirmar ou abandonar suas convicções.

Heidegger um dia escreveu em *Ser e tempo* que Kant reclamava que o escândalo da filosofia e da razão humana se dava por ainda não se dispor de uma prova definitiva das *coisas fora de nós*. Kant declarava que a simples consciência de minha *presença de si* comprovaria a presença dos objetos fora. Heidegger explicava que consciência de minha presença significaria para Kant *consciência do meu ser enquanto ser simplesmente dado no sentido de Descartes*. (HEIDEGGER, 1986, p. 269).

Contrariamente ao quanto dito por Kant, Heidegger dizia que o escândalo estava era nessa insistência em buscar tais provas porque essa busca nasce da pressuposição de algo com relação ao qual um mundo dado deve ser independente e exterior. Nesse sentido, dizer que o sujeito deve pressupor um mundo dado externo é esquecer do ser-no-mundo e, portanto, glorificar o solipsismo. É esse solipsismo metafísico que persiste nessa busca por um “eu” essencial e por isso, ao seguir as ideias de Heidegger e, portanto, rejeitar a filosofia kantiana, Rorty acaba por desenvolver o conceito de *self relacional* e realçar o fato da humanidade conseguir se manter até hoje caminhando através das contingências, apesar de, no mais das vezes, rejeitá-las ao invés de trabalhar com elas.

⁸ Rorty usa a noção de self como centro de gravidade narrativa e, portanto, relacional, em oposição ao conceito de self conforme defendido por filósofos desde Platão que usam uma divisão entre “a razão” e “as paixões” e formam a distinção entre o verdadeiro e o falso self: o verdadeiro self é autônomo, ouve o chamado da consciência. O falso self seria apenas prudente. Essa é a base da acusação kantiana contra a moral como concepção relacional porque ela seria baseada no auto interesse.

As ideias de Rorty podem ser unidas ao romance de Proust por várias vertentes e uma delas é relativa ao fato de que por dar grande importância ao tema da contingência, Rorty segue a linha uma vez desenvolvida por Nietzsche de valorização do poeta ao invés do cientista, além de evitar a filosofia contemplativa e qualquer “tentativa de ver a vida uniformemente e de vê-la inteira, para insistir na pura contingência da existência individual.” (RORTY R. , 2007a, p. 61).

A valorização do poeta, que busca o novo e elabora obras contando sobre as peculiaridades e acasos de vidas individuais é algo próximo ao quanto dito por Nietzsche, para quem o que nos diferenciaria dos demais animais não seria a racionalidade e sim nossa capacidade de *sentir* em extensão maior do que eles. Em sua obra *Genealogia da Moral*, Nietzsche discorre sobre como ocorreu a formação dos conceitos de bom e do mau e lamenta toda a construção racional feita para fundamentá-los, lamentando a razão, a seriedade, o domínio sobre os afetos e “toda essa coisa sombria que se chama reflexão” (NIETZSCHE, 1998, p. 32). Isso porque para Nietzsche, na busca por enxergar algo anterior à formação humana histórica e paulatina para construir o sentido da moral, buscou-se sufocar as idiosincrasias humanas, tais como o afeto, mas a moral tem uma história pautada também em afetos reativos, pois que “o último terreno conquistado pelo espírito da justiça é o do sentimento reativo!”, (NIETZSCHE, 1998, p. 39) exclama o autor, que compreende que a moral é, portanto, construída e não “encontrada” externamente ao homem, que deve olhar para si mesmo, em processo no qual o autoconhecimento equivale à autocriação.

Nessa linha, se cabe ao homem olhar para si mesmo para compreender, confrontar as contingências e construir seus direcionamentos, a questão a merecer reflexão passa a ser, como alerta Rorty, a questão que versa sobre como expandir a capacidade de sentir e construir de modo que essa capacidade abarque mais e mais seres. Ou seja, o problema não será de conhecimento como era para Platão que acreditava que as pessoas podiam ser convencidas racionalmente a reconhecer a natureza racional intrínseca de outro ser humano e assim, respeitá-lo. Para Rorty o problema é como *expandir o sentimento* de um grupo que considera apenas os seus como dignos de reconhecimento. Como derrubar as fronteiras do Nós para abarcar o Outro, já que em regra um grupo permanece indiferente ao sofrimento dos que estão fora do grupo e até os considera como pseudo-humanos.

Assim, através da exposição aos Outros e da educação constante, seria possível a diluição do sentimento arraigado da existência de uma identidade individual e singular resistente às mudanças temporais e à convivência com outros seres humanos. O que se busca, em regra, é algo que evidencie a *natureza humana*, algo que seja comum em todos os homens, o que Rorty chama de *marca cega*, explicando que primeiro os sacerdotes afirmaram ter descoberto essa marca, para logo depois os filósofos fazerem o mesmo, exibindo essa marca cega impressa em todos os seres humanos, uma marca que seria “necessária, essencial, teleológica, constitutiva do que é um ser humano.”. E isso seria importante porque comparadas a essas marcas, as “contingências particulares das vidas individuais não são importantes” (RORTY R., 2007a, p. 62). Por isso os filósofos desprezariam os poetas que ao invés de buscarem essa marca, gastam tempo e poesia com contingências individuais que nada diriam para a grande história da humanidade. Nesse sentido, “admitir a importância da mera localização espaço-temporal, da mera circunstância contingente, seria reduzir-nos ao nível de um animal agonizante”. (RORTY R., 2007a, p. 63).

Conforme explica Rorty, para os filósofos pré-nietzschianos as contingências particulares não são importantes, pois a única tarefa importante é conhecer a verdade. (RORTY R., 2007a, p. 63). Apenas com o advento da filosofia de Nietzsche que sobrevém mudanças, pois ele renega todo esse edifício metafísico e busca enxergar a contingência, abrindo espaço para um novo modo de pensar. De fato, Rorty assevera que o abandono da verdade metafísica feito por Nietzsche foi um enorme passo para longe da metafísica, para a valorização da autocriação e aqui novamente é possível unir o pensamento de Rorty à obra de Marcel Proust, já que este conseguiu, ao invés de negar as contingências, colocá-las à mostra, demonstrando a diluição do Nós e servindo como meio de exposição e compreensão da *self-relacional*.

Rorty chama atenção para a obra de Proust em diversos momentos, incluindo em seu breve ensaio autobiográfico, *Trotsky e as Orquídeas Selvagens* e destaca a obra do escritor francês como um marco do compromisso com a temporalidade e uma prova de que é possível incorporar todos os momentos humanos, toda a história em uma grande trama sem precisar de uma moral de fundo. (RORTY, 1997, p. 13). Assim, em primeiro momento, é possível entender a admiração de Rorty pela obra de Proust pela devoção de ambos de não seguir essa *moral de fundo*, pela recusa de oferecer uma explicação simples que fizesse com que tudo *ganhasse sentido*. Proust apenas alinha a rede de pequenas contingências, Rorty afirma, recordando de Freud, que a vida humana é a elaboração de um rede de relações a ser tecida, rede que é alongada pelo tempo e assim, a vida humana deve ser entendida como “o re-tecer sempre incompleto, mas as vezes heroico, dessa rede.” (RORTY R., 2007a, p. 88).

É ainda possível analisar a ideia de *self-relacional* no sentido justamente de destruição da ideia de natureza humana fixa, imutável, dessa *marca cega* que faz com que *tudo tenha um sentido no final*, um sentido que é dado não pelo próprio contador da estória, contingencialmente, mas uma espécie de sentido imutável, que já estava lá, pronto a ser revelado e isso Proust se recusa a fazer ao longo de sua obra, onde nada está sendo revelado e não há tesouros escondidos, há tesouros construídos. Inclusive, em prol dessa revelação de essências, havia que se abandonar o fluir temporal e alcançar um ponto neutro que permitisse a descrição isenta dessas essências tão arduamente buscadas. Proust demonstra que esse desejo fomentado pelo ideal metafísico de mera descrição isenta e neutra das coisas do mundo, é impossível. Ao desejar que se descreva a realidade de uma forma “semelhante a uma visão cinematográfica”, quando a literatura se contenta em descrever as coisas e fornecer apenas um sumário de linhas e superfícies, dizendo-se realista, a literatura se afasta da realidade, “é empobrecida por cortar a comunicação do passado com o presente e o futuro”. (PROUST, 2004, pp. 672-676, volume III) e é justamente essa comunicação entre passado, presente e futuro que compõe a existência humana.

Ou seja, de nada adiantava tentar fazer uma descrição *isenta*, acreditando que com isso seria possível conseguir chegar na essência, na *Realidade Como Ela É Em Si Mesma*. De fato, Proust percebe que nada se distancia mais da realidade do que uma descrição isenta, conforme nos diz nas palavras proferidas pelo Narrador:

As coisas externas, a serem avistadas por nós, tornam-se dentro de nós algo de imaterial, da mesma natureza de todas as nossas preocupações ou sensações daquele tempo, e se mesclam indissolúvelmente a elas... de modo que a literatura que se contenta em descrever as coisas, em delas fornecer apenas um miserável sumário de linhas e superfícies, é a que, intitulado-se mais realista, mostra-se a mais afastada da realidade, a que mais nos empobrece e consterna, pois corta bruscamente toda e qualquer comunicação do nosso eu presente com o passado, do qual as coisas conservavam a essência, e com o futuro, onde elas nos incitam a saboreá-lo de novo. (PROUST, 2004, pp. 676, volume III)

Rorty classifica Proust como um especialista em mostrar contingências, em mostrar a descontinuidade e se livrar do autoritarismo. Proust se *autocriou* ao criar sua obra, ele criou um *eu* que não era fixo e que se abria com fluidez extraordinária. E foi assim que Proust se tornou autoridade sobre todas as pessoas, coisas e acontecimentos que percorrem as páginas de *Em Busca do Tempo Perdido*. E como destaca Walter Benjamin, esse *eu* não se trata de Marcel Proust, não se trata de narrar os acontecimentos da sua vida, tanto que uma das primeiras e mais importantes observações feitas por Benjamin é que não se trata tão somente de uma autobiografia, ou seja, *Proust não descreveu em sua obra uma vida como ela de fato foi, e sim uma vida lembrada por quem a viveu*. (BENJAMIN, 1985, p. 37).

É o significado das personagens, pessoas, coisas e acontecimentos que será examinado, junto à rememoração desses significados e à mudança desses significados ao longo do tempo. Nenhuma das personagens, pessoas, coisas ou acontecimentos da obra tem qualquer essência a ser revelada e o que exsurge da obra é esse tecido denso e maravilhoso de contingências alinhavadas, uma a uma, para a construção de significados fluidos, contribuindo para a compreensão do fluir temporal e da ideia de Rorty sobre self-relacional. Proust demonstrou com genialidade a liberdade de uma humanidade em que todos são apenas companheiros de contingência.

Veja-se: o Narrador era um com Charlus, outro com sua mãe, outro para Albertine. Ninguém poderia dizer *isso é o que ele realmente era*. E foi através de todo esse caminhar que Proust abraçou a finitude e se libertou de qualquer noção fixa de identidade, pois Proust consegue libertar-se *redescrevendo aqueles que o descreveram* e mostrando que nenhuma dessas visões é a privilegiada porque nenhuma dessas descrições pode ser considerada a mais próxima da *Realidade Como Ela É Em Si Mesma*, conforme destaca Rorty. Não havia identidades fixas e imutáveis, não havia identidades que evidenciassem qualquer forma de natureza humana essencial. Afinal, quem era Charlus *em si mesmo*? O jovem másculo e sedutor, afeito a desafios físicos ou o velho apaixonado e enganado por Morel? Quem era Albertine *em si mesma*? A amante do Narrador ou a amante de André? Quem era a Senhora de Guermantes *em si mesma*? A linda nobre orgulhosa ou a esposa enganada? Quem era o Narrador *em si mesmo*? O grande futuro escritor, o amigo de Saint Loup, o amante de Albertine, o patrão de Françoise, o amado de Gilberte ou o amigo de Swann? Quem era Swann *em si mesmo*? O hábil financista ou o marido enganado por Odete? Nenhuma dessas descrições representa *A Verdade*, nenhuma dessas descrições evidencia qualquer *marca cega*. Não há como saber como cada uma dessas pessoas era *em si mesma*. Ser é tempo e valorizar o

contexto temporal não significa desprezar a *eternidade da natureza humana* porque não há natureza humana, não há que se buscar essências fixas e imutáveis e sim se abrir para a oportunidade que é ofertada pela visão da contingência.

E essa visão permite a construção de novas identidades que são afetadas pelo fluir temporal e comportam em si a abertura ao Outro juntamente com novas experiências e sensações, enriquecendo a construção de identidades e por isso, mostrando que não há que se lamentar a infixidez e sim se celebrar a liberdade.

Considerações finais

Deixar de lado a busca por essências fixas e imutáveis e abrir-se para o fluir da temporalidade que modifica o que está estabilizado é o mote do romance de Marcel Proust que serve de guia para a apreensão da tematização realizada sobre contingências.

Proust desconstrói em seu romance a visão metafísica de tempo e com essa visão do tempo desconstruído, rememora suas lembranças e percebe que o fluxo do tempo se personifica e leva de enxurrada ilusões e convicções antes tidas por arraigadas. Tudo que se pode fazer é compor um arranjo e esse arranjo é modificado a cada vez que é revisitado pela memória.

No romance de Proust, percebe-se que o homem que rememora é diferente do homem que viveu o acontecimento. A cada memória, um novo sentido é ofertado e uma nova rede é tecida, uma nova contingência é alinhada e essa é a mágica realizada por Proust ao longo de sua obra que compõe um tecer denso, rico, profundo no alinhar de contingências. Será nessa linha que Proust, ao entender o papel do tempo na transformação e construção do indivíduo, logra ainda demonstrar a existência do processo circular de compreensão, mostrando que não há como se descrever a realidade de forma isenta porque a ninguém é dado alcançar qualquer espécie de neutralidade e isenção, não é dado, enfim, alcançar nenhuma posição que proteja e isente do fluir temporal.

Em sua obra, Proust rearranja os acontecimentos, personagens e pessoas de sua vida, rememora, tece e *re-tece* os acontecimentos de sua vida. *Em Busca do Tempo Perdido* é uma obra prima, não porque descobriu uma chave de acesso para a natureza humana, mas por conta da composição de contingências demonstrada na narração. Esse tecer de contingências feito por Marcel Proust permite a saída do paradigma metafísico sobre tempo e o despontar de uma visão perante a qual o tempo não é mais o tempo da metafísica, esse tempo que é moldura para essências imutáveis.

Heidegger e sua hermenêutica ontológica lograram derrubar essa visão e abrir espaço para uma nova conceituação de temporalidade que deixou espaço para a valorização da contingência como fundamental para a abertura ao novo e ao futuro. Através da desconstrução do tempo metafísico, através da valorização de uma nova jornada que não se pautou pela busca de essências fixas, mas sim em se abrir para a fluidez e para a valorização do simples tecer ao longo da vida, é possível entender de uma outra forma a contingência, agora não mais como um mero obstáculo em uma jornada de revelação e autoconhecimento, mas como algo precioso a ser observado.

Será por essa linha que o pensamento disposto no romance de Proust auxilia no entendimento do indivíduo da pós-modernidade, constantemente confrontado com a diluição de sua identidade e angustiado por não encontrar algo fixo no qual se ancorar. Proust fornece um modo de interpretar essa infixidez como algo positivo.

Enfim, enxergar a falta de identidade fixa e imutável como uma oportunidade e não como algo lamentável é um trabalho feito por Proust e é o mesmo trabalho levado a cabo por Jean Clam e Richard Rorty que abandonam buscas por revelações e se voltam para a compreensão da contingência, o que implica no abandono da busca por essências fixas e imutáveis em favor de uma tentativa de enxergar a construção de múltiplas identidades. É assim que se percebe que uma das formas de se abrir para a contingência implica em repensar o conceito de identidade. Na pós-modernidade, o indivíduo que não sabe mais quem forma o Nós, que não sabe mais quem é, busca muitas vezes encontrar o seu “eu” em oposição ao Outro. Ao valorizar a contingência esse indivíduo pode entender que a visão desenvolvida por Proust, Clam e Rorty permite uma nova visão sobre a identidade, onde a multiplicidade, longe de violar qualquer natureza humana essencial, se presta a enriquecer a narrativa individual.

Se o indivíduo pós-moderno lamenta a perda de fixidez, o que esses autores logram ofertar é um modo de interpretar essa perda como uma oportunidade. Ao abandonar o Nós, é possível se abrir para a aproximação do Outro e construir uma outra identidade.

E ao construir essa nova identidade, ao tecer essa nova rede, ao aninhar essa nova contingência, o indivíduo que saiu da solidez do Nós pode perceber que não há por que haver exclusão. A inclusão desse outrora Outro representa o adentrar da contingência na esfera do comum, com a expansão da esfera do reconhecimento e a construção de mais uma identidade, de outra narrativa, o tecer de outra relação, e isso possibilita que o paradigma metafísico que desvaloriza a contingência seja, finalmente, esquecido.

* * *

Referências:

- BENJAMIN, W. A imagem de Proust. Em W. BENJAMIN, **Magia e técnica, arte e política**. (pp. 36-49). São Paulo: Brasiliense.1985.
- BENJAMIN, W. **Escritos sobre mito e linguagem**. São Paulo: Editora 34. 2011.
- CLAM, J. **Questões fundamentais de uma teoria da sociedade: Contingência, paradoxo, só-efetuação**. Rio Grande do Sul: Unisinos.2006.
- BIBLIOGRAPHY NIETZSCHE, F. **Genealogia da Moral: uma polêmica**. São Paulo: Companhia das letras. 1998.
- PROUST, M. **Em Busca do Tempo Perdido**. Rio de Janeiro: Ediouro. 2004.
- RORTY, R. **Trotsky e as Orquideas Selvagens**. Belo Horizonte: UFMG. 1997.
- RORTY, R. A contingência da identidade. Em R. RORTY: **Contingência, Ironia e Solidariedade** (pp. 57-88). São Paulo: Martins Fontes. 2007a.

RORTY, R. Autocriação e filiação: Proust, Nietzsche e Heidegger. Em R. Rorty, **Contingência, ironia e solidariedade** (pp. 169-207). São Paulo: Martins Fontes. 2007b.

TEUBNER, G. **Direito, sistema e policontextualidade**. Piracicaba: Unimep. 2005.

WAAL, E. D. (2011). **A lebre com olhos de âmbar**. Rio de Janeiro: Intrínseca. 2011.